



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Termo de Referência

Departamento/Setor:	Procuradoria
Responsável(is) pela elaboração:	Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa e Tiago Fadel Malghosian

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de livros para atualização do acervo da Procuradoria, conforme condições e exigências estabelecidas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e neste instrumento, conforme tabela abaixo:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE APLICÁVEL)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Direito Constitucional- Coleção Esquemático (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Pedro Lenza	Editora SaraivaJur	-----	1
2	Curso de Direito Constitucional- Volume único. (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Marcelo Novelino	Editora JusPODIVM	-----	1
3	Curso de Direito Constitucional (2023 ou edição mais recente se houver)	Editora JusPODIVM	-----	1

	Autor: Bernardo Gonçalves			
4	Curso de Direito Constitucional - 7ª Edição 2023 Autor: Flávio Martins	Editora SaraivaJur	-----	1
5	Manual de Direito Administrativo (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Matheus Carvalho	Editora JusPODIVM	-----	1
6	Manual de Direito Administrativo- Volume único (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Fernanda Marinela	Ed. JusPODIVM	-----	1
7	Direito Administrativo (2023 ou edição mais recente se houver) Autora:Irene Nohara	Editora: Atlas	-----	1
8	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2022 ou edição mais recente se houver) Autor: Raphael Carvalho Rezende Oliveira	Editora Forense:	-----	1

9	Direito Tributário (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Ricardo Alexandre	Editora: JusPODIVM	-----	1
10	Manual de Direito Tributário (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Eduardo Sabbag	Editora SaraivaJur	-----	1
11	A Fazenda Pública em Juízo (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Leonardo Carneiro da Cunha	Editora: Forense	-----	1
12	DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO (2023) Autor: Hely Lopes Meirelles	Editora: JusPODIVM	-----	1
13	DIREITO AMBIENTAL ESQUEMATIZADO (2023 ou edição mais recente se houver) Autor: Frederico Amado	Editora: JusPODIVM	-----	1
14	LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA - ATUALIZADA COM A LEI 14.230/2021 (2023 ou edição	Editora: JusPODIVM	-----	1

	<p>mais recente se houver)</p> <p>Autor: Matheus Carvalho</p>			
15	<p>MANUAL DE DIREITO FINANCEIRO (2023 ou edição mais recente se houver)</p> <p>Autor: Harrison Leite</p>	<p>Editora: JusPODIVM</p>	-----	1
16	<p>Direito Financeiro (2023 ou edição mais recente se houver)</p> <p>Autor: Tathiane Piscitelli</p>	<p>Editora: Atlas</p>	-----	1
17	<p>Curso de Direito do Trabalho(2023 ou edição mais recente se houver)</p> <p>Autor: Gustavo Filipe Barbosa Garcia</p>	<p>Editora: SaraivaJur</p>	-----	1
18	<p>Direito do Trabalho (2023 ou edição mais recente se houver)</p> <p>Autor: Sergio Pinto Martins</p>	<p>Editora: SaraivaJur</p>	-----	1
19	<p>Direito Processual do Trabalho</p> <p>Autor: Sergio Pinto Martins</p>	<p>Editora: SaraivaJur</p>	-----	1

	(2023 ou edição mais recente se houver)			
20	<p>MANUAL DE PROCESSO DO TRABALHO</p> <p>(2023 ou edição mais recente se houver)</p> <p>Autor: Gustavo Filipe Barbosa Garcia</p>	<p>Editora:</p> <p>JusPODIVM</p>	-----	1
21	<p>MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - VOLUME ÚNICO (2023)</p> <p>2023 ou edição mais recente se houver</p> <p>Autor: Daniel Amorim Assumpção Neves</p>	<p>Editora:</p> <p>JusPODIVM</p>	-----	1
22	<p>CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO (2023)</p> <p>2023 ou edição mais recente se houver</p> <p>Autor: Daniel Amorim Assumpção Neves</p>	<p>Editora:</p> <p>JusPODIVM</p>	-----	1
23	<p>MANUAL DE DIREITO DIGITAL (2023 ou edição mais recente se houver)</p>	<p>Editora:</p> <p>JusPODIVM</p>	-----	1

	<p>Autor: Landolfo Andrade de Souza , Américo Ribeiro Magro</p> <p>Responsabilidade de prefeitos, vereadores: Revista, atualizada e ampliada</p> <p>Autor: Tito Costa</p>	<p>Editora: Letras Jurídicas</p>	<p>-----</p>	<p>1</p>
<p>24</p>	<p>CPI - Comissões Parlamentares de Inquérito - Poderes e Limites - de Acordo com a Lei 13.367/2016</p> <p>(2021 ou edição mais recente se houver)</p>	<p>Editora: Juruá</p>	<p>-----</p>	<p>1</p>
<p>25</p>	<p>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDAD E E DIÁLOGO INSTITUCIONAL</p> <p>(2022 ou edição mais recente se houver)</p> <p>Autor: Luiz Guilherme Marinoni</p>	<p>Editora: RT</p>	<p>-----</p>	<p>1</p>
<p>26</p>	<p>PROCESSO LEGISLATIVO, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E LEGÍSTICA</p> <p>(2020 ou edição mais recente se houver)</p> <p>Autor: Carlos Roberto de</p>	<p>Editora: Juruá</p>	<p>-----</p>	<p>1</p>
<p>27</p>				

	Alckmin Dutra			
28	<p>Livro: Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas • Autor: Marçal Justen Filho • Edição: 2ª Edição – revista, atualizada e ampliada – Ano: 2023 • Número de páginas: 1872 • ISBN: 9786526002315</p>	Editora: Revista dos Tribunais	<p>Preferencialmente : E-book (livro digital)</p>	01
29	<p>Livro: Introdução ao Estudo do Direito • Autor: Marçal Justen Filho • Edição: 2ª Edição – revista, atualizada e ampliada – Ano: 2021 • Número de páginas: 385 • ISBN: 9786559640553</p>	Editora: Forense	<p>Preferencialmente : E-book (livro digital)</p>	01
30	<p>Livro: Manual de Direito Previdenciário • Autores: Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari • Edição: 27ª Edição – revista, atualizada e ampliada – Ano: 2024 • Número de páginas: 1136 • ISBN: 9786559649327</p>	Editora: Forense	<p>Preferencialmente : E-book (livro digital)</p>	01
31	<p>Livro: Orçamento Público • Autor: James Giacomoni • Edição: 19ª Edição – Ano: 2023 • Número de páginas: 368 • ISBN: 9786559775149</p>	Editora: Atlas	<p>Preferencialmente : E-book (livro digital)</p>	01

1.1.2. Os livros podem ser no formato físico ou digital, caso esteja disponível, devendo ser adquirido o que apresentar o menor preço.

1.2. A compra terá entrega imediata, na forma do art. 6º, X, da Lei nº 14.133/2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição de livros tem por objetivo ampliar e atualizar o acervo bibliográfico dos Procuradores em suas atividades de assessoria jurídica da Casa.

2.1.1. A atualização e aperfeiçoamento dos Procuradores são requisitos para garantir segurança jurídica nos pareceres, peças judiciais, ofícios e outras atividades correlatas, sobretudo, considerando a constante mutação das fontes do direito. Além disso, colabora para o fortalecimento do conhecimento, a valorização da capacitação continuada e, ainda, o compromisso com o desenvolvimento profissional.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O objeto da contratação compreende a compra de obras jurídicas para a Procuradoria da Edilidade. A melhor solução para o atendimento da necessidade de atualização de conhecimento é a aquisição dos livros mencionados, podendo ser no formato físico ou digital, uma vez que trazem conhecimentos consolidados e variados, de diversos autores renomados. A formação de um pequeno acervo de obras é a solução que melhor atende as necessidades de atualização de conhecimentos e capacitação, bem como de alinhamento dos trabalhos com a literatura sobre o tema.

3.2. Forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Aquisição de livros novos e atualizados (última edição), conforme a lista constante da DFD, com entrega do objeto no prazo máximo de trinta dias após o recebimento da Nota de Empenho e garantia mínima legal de noventa dias.

4.2. **SUBCONTRATAÇÃO:** não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega do material deverá ser definido nos termos da Ordem de

Fornecimento, emitidos após a formalização da contratação;

5.2. Os materiais serão entregues no endereço abaixo:

Rua Ângelo Antônio Schiavinato, nº 59, Residencial São Luiz, Valinhos/SP, CEP: 13270-470.

5.3. Garantia do produto: Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de 90 dias - produtos duráveis- a contar do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, será designado um fiscal de contrato, responsável pela supervisão e fiscalização da execução do serviço contratado, bem como acompanhamento da entrega. Este fiscal terá a atribuição de garantir o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, incluindo a verificação dos livros, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a conformidade com as especificações técnicas.

7 –PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será aferida pela qualidade e especificações dos livros.

7.2. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais, nos termos previstos em lei.

7.3. Do recebimento

7.3.1. O fiscal do contrato realizará o recebimento dos livros mediante termo que comprove o cumprimento das exigências deste termo de referência.

7.3.2. Os livros poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Do Faturamento

7.4.1. O pagamento será realizado de acordo com as entregas, mediante apresentação de fatura/faturamento eletrônico e atestada pelo fiscal.

7.4.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

7.4.3. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.4.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com legislação vigente.

7.5. Das condições de pagamento

7.5.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento definitivo do material, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da fiscalização da Fatura/Nota Fiscal, preferencialmente por meio de boleto bancário emitido pelo fornecedor e na ausência ou indisponibilidade deste, transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA de sua titularidade.

7.5.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.5.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.5.4. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR) nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por dispensa de licitação (Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021), com

adoção do **critério de julgamento pelo MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os requisitos exigidos no Instrumento de abertura ou solicitação das propostas.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme Documento de Formalização de Demanda anexo.

9.2. O **valor estimado** da contratação é de R\$ _____ (_____).

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação, conforme a previsão do Plano Anual de Contratações:

Dotação 3.3.90.30.00

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Há anexos no pedido: **Sim (DFD)**.